



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 122/XII/2.ª SL

Aos dezassete dias do mês de abril de 2013, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 121;
2. Distribuição do Relatório Portugal na UE 2012 para elaboração de parecer a remeter à CAE até dia 10 de maio de 2013
Deputado relator: GP do PS;
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com carácter de urgência, do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social sobre "*medidas de contenção da despesa pública, nomeadamente nas áreas da segurança social, saúde e educação e empresas públicas*", anunciadas pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho;
4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 397/XII (PCP) – Suspensão imediata do processo de privatização da rede de creches e infantários da Segurança Social;
5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, começou por pôr à consideração dos Senhores Deputados a ata n.º 121, relativa à reunião de 10 de abril, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem do Dia, foi distribuído ao Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) o parecer relativo ao Relatório Portugal na UE 2012.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, foi apreciado o requerimento apresentado pelo GP do BE no sentido de a Comissão proceder à audição, com carácter de urgência, do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social sobre "*medidas de contenção da*

despesa pública, nomeadamente nas áreas da segurança social, saúde e educação e empresas públicas”, anunciadas pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho.

Usou da palavra, em primeiro lugar, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) que começou por explicar que, na semana passada, mais concretamente no dia 11 de abril, o seu grupo parlamentar apresentou requerimentos em diversas comissões parlamentares para ouvir os ministros que tutelam aquelas áreas a que o primeiro-ministro se referiu como sendo alvo de cortes para perfazer os quatro mil milhões de euros. O país não suporta mais a expectativa de, todos os dias, serem feitos anúncios de cortes e mais cortes sem se saber o que vai acontecer. O desemprego, a doença e as baixas pensões configuram situações de grandes dramas sociais e de vida. Daí que importe fazer a discussão de alternativas que o GP do BE pretende apresentar: o país está numa situação difícil mas a redução de despesas nas áreas anunciadas não é a única via possível, há outras, nomeadamente o aumento da receita, que constitui outra perspetiva de ver a situação económica do país.

Também o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerou extremamente pertinente a vinda do MSSS à 10.ª Comissão. Lembrou que os cortes, a nível da segurança social, são mais do que muitos, tanto mais que o número de desempregados, em sentido lato, considerando os desmotivados e os inativos, já atinge os 1,5 milhões, dos quais apenas 400 000 recebem subsídio de desemprego. Concordou que o conjunto de cortes levado a cabo pelo Governo deixa o país numa situação difícil e informou que o GP do PCP votará favoravelmente o requerimento em apreciação.

O Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) disse que o GP do PS votará favoravelmente o requerimento apresentado pelo BE, apesar de não ter uma expectativa muito elevada quanto à possibilidade de o Senhor MSSS poder responder a algumas das questões agora identificadas. No que diz respeito à segurança social, disse que também há uma razão adicional, que tem a ver com o facto de nas últimas semanas terem surgido boatos, rumores, afirmações e contra afirmações a respeito do propalado aumento da idade da reforma, que fez as manchetes de muitos jornais. Poder-se-á dizer que essas não notícias não foram da responsabilidade do Governo mas a Assembleia da República é o palco por excelência para o Governo ter uma posição clara e poder pronunciar-se sobre esta e outras matérias.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) anunciou que o GP do PSD, por considerar que não se devem discutir medidas ainda não concretizadas, não irá aprovar o requerimento apresentado pelo GP do BE.

Também o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) assinalou que, perante medidas concretas que são tomadas, faz sentido ouvir os membros do Governo. Não sendo esse o caso, o GP do CDS-PP ir-se-á opor à aprovação do requerimento.

O Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) considerou que não é uma atitude correta nem séria não querer discutir a possibilidade de aumento da idade da reforma, até devido às expectativas que este assunto gera. Assim como há um conjunto de propostas inscritas num (célebre, que não pela sua qualidade) relatório elaborado por técnicos do FMI com repercussões a nível da segurança social, já elogiado por membros do Governo, que sistematicamente a maioria tem recusado discutir na Assembleia da República. Isto para concluir que a vinda do MSSS teria pelo menos a virtualidade de envolver a Assembleia da República de uma forma séria nesse debate.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) usou da palavra para concluir que a maioria, com a posição adotada, assume que não está preocupada em relação ao sentimento de medo e de apreensão que hoje se vive na sociedade. Esclareceu que o requerimento não é baseado em boatos nem em afirmações provenientes de um qualquer comentador político, que, hoje em dia, têm mais peso do que o Parlamento ou do que o Executivo. O requerimento baseia-se nas palavras do Senhor Primeiro-Ministro. O GP do BE propõe um esclarecimento, com o qual todos teríamos a ganhar porque era importante contribuir com alternativas e discuti-las.

Também a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) esclareceu que o GP do PSD quer discutir medidas concretas e objetivas porque não foge à discussão ou à procura de consensos nem faz jogos de retórica com realidades demasiado sérias. Ao votar contra o requerimento apresentado pelo GP do BE, os Deputados do GP do PSD fazem-no com a consciência de que não estão em causa medidas objetivas e concretas propostas pelo Governo.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo GP do BE rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, procedeu-se, nos termos regimentais, à apreciação do Projeto de Resolução 397/XII (1.ª) (PCP) – Suspensão imediata do processo de privatização da rede de creches e infantários da Segurança Social, na qual intervieram, a diverso título, os Senhores Deputados Rita Rato (PCP), Artur Rêgo (CDS-PP), Clara Marques Mendes (PSD), Vieira da Silva (PS) e Mariana Aiveca (BE). Posteriormente será elaborada uma informação, que, acompanhada do respetivo Projeto de Resolução, será enviada por ofício à Senhora Presidente da Assembleia da República para efeitos do agendamento da sua votação em Plenário.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente informou que a próxima reunião da Comissão será agendada para as 12h00 do dia 24 de abril.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas e vinte e cinco minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,

A handwritten signature in black ink, consisting of a large initial 'J' followed by 'M' and 'C' in a stylized, cursive script.

(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 24 de abril de 2013.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 17 de abril de 2013

Folha de Presenças

(Ata n.º 122/XII/ 2.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Artur Rêgo
Carlos Silva e Sousa
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Inês Teotónio Pereira
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
Conceição Bessa Ruão
Maria Conceição Pereira
Maria Helena André
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Adriano Rafael Moreira
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Sónia Fertuzinhos

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Arménio Santos

